

Nas últimas semanas, temos acompanhado o aumento da violência, de fugas e de rebeliões em penitenciárias do Rio de Janeiro e de São Paulo. As prisões superlotadas provocam revoltas e colocam em risco a vida dos agentes penitenciários, que até fizeram greve no Estado de São Paulo, exigindo mais segurança para trabalhar.

Há duas semanas, a cidade de São Paulo registrou um recorde histórico: 53 mortos num fim de semana. Essa triste realidade atormenta a sociedade brasileira há muitos anos.

Quando assumimos o Governo, encontramos o seguinte: crime superorganizado e modernizado, e o Estado, o Governo, atrasado e despreparado para combater. Não dava para perder mais tempo, começamos logo a agir. Criamos uma comissão para identificar e apoiar, no Congresso, os projetos para modernizar a legislação. Alguns já foram aprovados.

Além disso, vamos encaminhar ao Congresso projetos de lei para melhorar o Código Penal. Mas melhorar como? Melhorar dando proteção às testemunhas, para que a pessoa que faça uma denúncia não apareça morta no dia seguinte. Melhorar criando o que chamamos de “barganha de pena”. Barganha de pena é o seguinte: você negocia com o preso para ele entregar o bando todo e diminui a pena dele.

No Brasil, o crime se organiza, principalmente, em torno do tráfico de drogas. Para combater o tráfico, definimos como prioridade o fortalecimento da Polícia Federal. Na Região Sudeste, nós estamos reaparelhando a Polícia Federal, comprando armas, balas, coletes, binóculos

modernos. Na Região Norte, rota do tráfico de drogas, vamos implantar o Pró-Amazônia, um programa de 240 milhões de dólares, para equipar a Polícia Federal. Na Região Sul, outra região problemática, estamos buscando um trabalho conjunto com as polícias dos países vizinhos, Uruguai, Paraguai e Argentina.

De 10 a 15 deste mês, haverá um encontro, aqui em Brasília, com os responsáveis pelo combate ao narcotráfico no Brasil e na Argentina. O que se quer é adequar as leis dos dois países, para que as polícias possam atuar juntas.

Já instalamos, em Foz do Iguaçu, um posto de fronteira para o Brasil e a Argentina, no mesmo espaço físico. Com isso, o controle do contrabando e do tráfico de drogas ficou mais fácil. E a vida do cidadão normal, que cruza a fronteira, melhorou. Agora, ele só passa numa alfândega. Até o fim do ano, vamos instalar mais 19 postos integrados na fronteira sul do país.

Um outro problema que está sendo resolvido é o da pirataria nos portos. Já assinei um decreto criando a Comissão Nacional de Segurança de Portos, Terminais e Vias Navegáveis. Essa Comissão vai nomear grupos de ação para atuarem nos portos. Os dois primeiros grupos trabalharão nos portos do Rio de Janeiro e de Santos, em São Paulo.

Outra providência que tomamos foi a reativação do Conselho Nacional dos Secretários de Segurança. Precisamos trabalhar de forma integrada com os estados e os municípios. E, para agilizar, vamos fazer reuniões regionais. Na segunda quinzena de julho, acontece a primeira reunião com os Secretários de Segurança de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Espírito Santo.

Nós também estamos enfrentando o drama das penitenciárias. A situação nessa área vem se agravando há muitos anos. Até dezembro do ano passado, não sabíamos, sequer, quantas pessoas estavam presas no País. Um censo, feito em dezembro, registrou 130 mil presos.

Encontramos uma política penitenciária que usava 100% dos recursos na construção de presídios de segurança máxima, com muitas obras inacabadas. Em geral, embargadas por denúncias de corrupção e de todo tipo de desvio. Nós mudamos as regras do jogo. Hoje, o dinheiro

pode ser aplicado na construção de penitenciárias médias. E, até o fim do ano, vamos concluir dez obras que encontramos paralisadas.

Para resolver o problema da superlotação, também estamos buscando alternativas legais, que evitem a cadeia como a única punição. Tem muita gente que precisa cumprir pena, mas não necessariamente numa prisão, o castigo pode ser outro. Pode ser, por exemplo, a prestação de serviços à comunidade. Com isso, estaremos melhorando a situação de quem tem que ficar realmente preso. Vai sobrar espaço nas lotadas penitenciárias de hoje.

E para que essas pessoas tenham uma ocupação, vamos criar programas de empregos, como os que existem hoje nas prisões industriais do Paraná e na penitenciária da Papuda, em Brasília. Hoje, todas as bandeiras que tremulam na capital do País são feitas por presos da Papuda. Os programas de geração de emprego vão ser implantados até o fim do ano que vem.

Outra medida nessa área é a criação da Escola Nacional do Agente Penitenciário, para formar novos agentes e reciclar os atuais. Esses trabalhadores correm risco de vida diariamente nas prisões superlotadas. A situação é tão difícil que abrimos uma exceção. O Governo está proibido de contratar, mas apresentamos uma proposta ao Congresso para contratar novos agentes.

O problema da segurança em nosso país é muito grave. Mas você viu no programa de hoje que nós estamos agindo. Nós estamos nos equipando para combater o crime organizado. Nós vamos devolver aos brasileiros a confiança na lei e nas autoridades. Estamos vigilantes em relação a qualquer tipo de desvio da atividade policial.

Sou um homem que acredita na força da eficiência contra a força da violência!